

Inquérito da PF sobre 8/1 indica a atuação parcial de militares



Apoiadores de Jair Bolsonaro invadem o Palácio do Planalto no 8 de janeiro

Investigação da PF deve apontar atuação parcial de militares no 8 de janeiro

Apurações têm mostrado participação de integrantes do Exército na concepção e na realização dos ataques às sedes dos Poderes

Júlia Chalh e Thaisa Oliveira
As investigações da Polícia Federal devem apontar a participação parcial de militares nos ataques aos três Poderes no dia 8 de janeiro. O resultado dos inquéritos vai se contrapor ao desfecho da apuração feita pelo próprio Exército sobre a atuação dos militares que deveriam ter protegido o Palácio do Planalto. Como revelou Folha, o inquérito policial militar aponta as tropas de culpa e aponta "indícios de responsabilidade" da Secretaria de Segurança Civil (Cabinete de Segurança Institucional).
E as apurações da PF apontam, de acordo com investigadores, a participação de integrantes das Forças Armadas no ato nos acontecimentos do dia 8 de janeiro em si, mas também no assédio em relação ao acampamento montado dentro do quartel geral do Exército após o fim das eleições do ano passado. A Polícia Federal colheu depoimento de mais de 50 militares das Forças Armadas — incluindo no menos quatro generais.
Investigadores da PF ouvidos pela Folha dizem que a investigação leva em conta o contexto de 2022, como a manutenção do acampamento de apoiadores do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) em frente a quartéis ao QG do Exército em Brasília.
Apontam também as descobertas feitas pela PF nos materiais apreendidos no celular do coronel Mauro Cid, principal ajudante de ordens de Bolsonaro. As mensagens encontram-se em arquivos mostrando diálogos em que interlocutores, oficiais do Exército, reservistas debatiam o uso das Forças Armadas contra o resultado das eleições vendidas por Lula (PT).
Antes havia no celular de Cid a foto de seu genro, Martin, advogado e professor emérito da Universidade Mackenzie, segundo o qual o artigo 141 da Constituição permitiria uma intervenção das Forças Armadas em caso de

conflito entre os três Poderes.
As conversas ocorreram em um grupo de WhatsApp intitulado "Dossiel", que era composto por oficiais superiores da arma.
Dos 14 militares presentes no grupo, 6 eram coronéis e tiveram convênios formados pela Aman (Academia Militar das Agulhas Negras) entre 1993 e 2000 e que ocupavam funções de oficiais, cargos de comando e assessoria parlamentar do Exército.
As mensagens, que foram incluídas num relatório preliminar da PF, são de 27 de novembro de 2022 a 4 de janeiro de 2023.
Policiais também citam como elementos para corroborar a participação dos militares em atos de 8 de janeiro, o envio de mensagens de WhatsApp para o Exército no dia 8.
Na última semana, o diretor geral da PF, André Botelho, demonstrou contrariedade com o conteúdo do inquérito policial militar.
Em evento sobre os dez anos da Lei Anticorrupção, André lembrou dos acampamentos golpistas e disse que a PF quis remover logo os militares das vezes antes do ataque aos Poderes, mas que o Exército não permitiu.
Para ele, o golpe "deveria ter sido evitado em dezembro". Quando não foi, no meio do dia 8 de janeiro lá, tinha a intenção de que a polícia entrasse para retirar aqueles pensos do acampamento. Então, isso é uma seqüência".
Apesar da contrariedade do diretor geral da PF com o resultado do inquérito feito pelos militares, integrantes do governo afirmam que o ministro do Exército, Augusto Heleno, quer que o Exército seja responsável por sua parte da equipe dedicada por seu antecessor, o coronel senador Augusto Heleno.
O Exército viu o mesmo acampamento em Brasília no dia seguinte ao processo de desdiagnose do processo de sedes dos três Poderes. Lula deu ordens para que o Exército desse suporte à área de política interna e que o Exército desse suporte à área de política externa.
Os achados da PF sobre os

ataques tramitam no âmbito de investigações sob o rito do inquérito policial militar.
Mendes, que ficou em fevereiro no comando do STF, pelo Supremo Tribunal Federal para processar e julgar crimes cometidos no dia 8 de janeiro, afirmou que os militares não foram chamados ao ataque, independentemente de se os militares, O atentado às sedes dos três Poderes também é alvo de investigação em uma CPI no Congresso Nacional e outra na Câmara Legislativa do Distrito Federal.
Repórteres federais e outros jornalistas ouviram declarações de militares da Força, inclusive da base aérea, afirmando, assim como as Forças Armadas, o governo federal tem podido garantir a segurança dos militares e a segurança dos militares de alto escalão — até mesmo da reserva.
Até agora, a CPI do 8 de janeiro no Congresso só tomou o depoimento de dois militares das Forças, o coronel do Exército Jean Laurent Junior e o próprio Cid, tenente-coronel.
Existe a leitura de parte do governo, capitaneada, sobretudo pelo ministro José Mello (Defesa), de que não se pode tensionar a relação com os militares. Por isso, o diretor geral da PF e o STF acabaram suas investigações sobre eles.
No caso de Cid, no entanto, a estratégia em curso tem sido de não ter o depoimento do filho, preso desde maio.
Para isso, a CPI tem avançado em quebra de sigilo e busca do depoimento de pessoas próximas a ele. Na quinta (3), a comissão convocou, por exemplo, o também ex-ajudante de ordens Luis Marcos dos Reis, preso junto com Cid na operação sobre o suposto envolvimento na divulgação de Bolsonaro.
A avaliação política é que Gilas — um dos principais aliados de Bolsonaro em Brasília — já foi para o ostracismo e que a CPI ainda pode buscar elementos para enquadrar militares ligados ao governo anterior que contribuíram para o 8 de janeiro.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Folha de S. Paulo

Seção: Política Caderno: A Pagina: 4